

ASPECTOS DO QUILOMBO DE MATÃO

Rodrigo de Azeredo Grünewald¹
(Universidade Federal de Campina Grande)

Introdução

Este artigo² põe em evidência a Comunidade Quilombola de Matão, situada no agreste do estado da Paraíba, que dista, aproximadamente, 80 km da capital (João Pessoa) e 57 km da cidade de Campina Grande, seguindo pela BR 230. Dessa rodovia, Matão situa-se a cerca de 3 km por estrada de terra em boas condições e sem muitos relevos ou estragos. A comunidade encontra-se em posição *sui generis* perante as esferas político-administrativas dos municípios de Mogeiro e Gurinhém. Geograficamente, o território que hoje compreende a área pertencente à Comunidade de Matão diz respeito ao município de Mogeiro. Os serviços básicos, cuja disponibilização é de alçada municipal, são oferecidos pela administração de Gurinhém. Isso, contudo, não configura um litígio em sentido estrito entre os dois municípios.

A denominação *Matão* deve-se ao fato de a localidade (e circunvizinhança) ter sido coberta por grande mata fechada (nativa em larga medida) na época da chegada dos primeiros moradores que fundaram a comunidade. Contudo, nem sempre aquele espaço foi assim denominado, pois, nos primórdios da comunidade, ela era conhecida pela alcunha de “Pirauzinho dos Negros”.

Matão conta, atualmente, com cerca de cento e cinquenta pessoas que moram em vinte e oito unidades familiares e ocupam uma área rural de 24.5097 ha³. A maioria dos seus habitantes trabalha ou já trabalhou na agricultura (especialmente feijão, milho e fava plantados em áreas arrendadas em propriedades nas imediações da comunidade), que é a principal atividade de sustento de algumas famílias praticada como complemento de renda ou como atividade secundária sem visar a lucros.

A comunidade rural de Matão se reconhece como uma comunidade de negros, isto é, como um quilombo. Tal reconhecimento é construído historicamente, através das relações sociais que separam os membros da comunidade de todos os outros sujeitos –

¹ Doutor em antropologia; professor vinculado ao Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal de Campina Grande.

² Os dados apresentados neste capítulo foram extraídos do Relatório Antropológico de Identificação Étnica e Territorial de Matão, preparado pelo autor do presente texto para o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) como parte do Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID) do referido quilombo. O relatório foi entregue ao INCRA em março de 2009 (GRÜNEWALD, 2009). Posteriormente, foi publicado na íntegra, em livro, no ano de 2011 (GRÜNEWALD, 2011). Foi contestado por um dos vizinhos da comunidade, mas, em 06 de fevereiro de 2013, a Presidência do INCRA publicou, no Diário Oficial da União, a Portaria de Reconhecimento do Território. No momento, aguarda-se que a Casa Civil da Presidência da República publique o Decreto de Desapropriação das terras incidentes no território de Matão.

³ Após a desapropriação das terras de fazendeiros incidentes sobre o território da comunidade quilombola, ele deverá passar a ter 214.0022 ha.

vizinhos diretos ou moradores de outros lugares – com quem entram em interação. A identidade dos membros da comunidade, em termos de sua unidade étnica rural, baseia-se em sua origem a partir de um ancestral negro livre que, há cerca de seis gerações, estabeleceu-se na localidade. Essa percepção foi pedra de toque para alavancarem o processo de autorreconhecimento e encaminhá-lo à Fundação Cultural Palmares, que emitiu a certificação da comunidade quilombola em 17 de novembro de 2004. Em tal processo, além disso, a criação da Associação da Comunidade Negra do Matão foi fundamental para consolidar a noção política de comunidade, hoje introjetada por muitos dos seus membros.

As famílias da comunidade são assistidas por programas de governos como: Fome Zero (programa federal de ajuda com alimentos – recebem cestas básicas mensalmente), cisternas (Fundação Nacional de Saúde – FUNASA) ou o Programa do Leite (Governo do Estado). A saúde é provida para a comunidade através de um posto do Programa Saúde da Família, localizado a alguns quilômetros de seu território, em localidade denominada Riacho Verde, o que faz com que os moradores, quando necessitam ir ao médico, recorram, em um primeiro momento, às plantas medicinais. Enfatize-se, ainda, que, devido à relativa distância da comunidade para a cidade mais próxima e à dificuldade de conseguir transporte, ainda é possível (mesmo que raramente) realizar partos em casa, com o auxílio de parteiras. Os mortos, por sua vez, são velados na comunidade e transportados para ser enterrados em Mogeiro ou Gurinhém.

No que tange à educação, podemos dizer que a realidade da comunidade não difere de outras realidades rurais do Brasil. Matão dispõe de uma escola (a Escola Municipal de Ensino Fundamental José Rufino dos Santos), onde lecionam os próprios membros da comunidade – alguns fizeram o Curso de Pedagogia em regime especial pela Universidade Estadual da Paraíba. Vige na escola da comunidade o sistema multisseriado – aquele em que o professor, a um só tempo, leciona para alunos de variadas séries (no caso de Matão, alunos da educação infantil até a 4ª série do ensino fundamental). Os alunos dessa comunidade, quando concluem a primeira fase do ensino fundamental, passam a estudar na cidade de Gurinhém no período da tarde – muitos deles no período da manhã exercem atividades na roça junto com os pais.

A maioria das crianças está matriculada na escola, seja na sede do município, em Gurinhém, seja na Escola da comunidade. Entre os adultos, a profissão predominante é a de agricultor. Quase todos os adultos são analfabetos ou semianalfabetos, porém o Programa de Educação de Jovens e Adultos está presente na comunidade, e muitas dessas pessoas frequentam as aulas, que são ministradas por professores da própria comunidade.

A partir desta apresentação inicial, pretendemos, com este texto, fazer o leitor avançar em uma caracterização do universo socioeconômico e político da comunidade quilombola investigada. Para tanto, apresentamos um breve histórico da região e da comunidade, salientando a substância cognitiva e a afirmação política que sustentaram o autorreconhecimento da comunidade como quilombola.

Matão: uma comunidade negra rural

Desde o início da colonização portuguesa, no Brasil, no Século XVI, o sistema adotado para a distribuição de terras tinha nas sesmarias seu eixo central. O sistema sesmarial teria sido o responsável pela existência de grandes propriedades rurais no Brasil, pois o mesmo colono poderia não apenas receber enormes, como também sucessivas extensões de terra, em diferentes épocas e lugares. Ao lado do sistema sesmarial, o escravismo foi fundamental para suportar a estrutura socioeconômica emergente. Se o litoral do Nordeste começou a se desenvolver economicamente baseado na monocultura canavieira, logo no Século XVII, a criação de gado e as lavouras de subsistência se tornaram muito importantes para suprir as necessidades dos engenhos de cana de açúcar. E se, no Século XVIII, assistimos ao avanço da pecuária em direção aos sertões, no século seguinte, destaca-se a cotonicultura como uma das principais atividades agrícolas do interior da Paraíba. Um dos principais motivos disso, segundo Galliza (1979), foi o fato de essa cultura ter sido de fácil acesso para pequenos proprietários, sitiantes, *moradores* ou, até, escravos, em função do hibridismo dos roçados de algodão com culturas de subsistência como milho, feijão ou mandioca (GALLIZA, 1979, p.46).

Todavia, com o declínio da escravidão na província, na segunda metade do Século XIX, os grandes proprietários não se sentiam motivados a manter escravos nos plantios de algodão, pois perceberam que seria menos dispendioso pagar baixos salários a homens livres do que comprar e manter escravos. Embora seja notável a presença da cana de açúcar e, principalmente, a do gado, na região do agreste paraibano, tanto na segunda metade do Século XIX quanto na primeira do Século XX, ressaltamos que foi especialmente diante da cotonicultura que os habitantes de Matão se relacionaram em termos de trabalho até a década de 1980, quando a praga do bicudo e a queda nos preços do algodão acabaram por encerrar essa atividade produtiva na região, que passou a ser área prioritária de pecuária e, em menor escala, de lavouras de gêneros alimentícios.

Em relação à localidade onde exatamente se situa a Comunidade de Matão, constatamos a dificuldade de encontrar subsídios documentais que atestem um histórico dominial sobre ele. Não podemos asseverar, com segurança absoluta, se essa terra, alguma vez, foi doada em sesmaria e se, depois do sistema sesmarial, ela foi ocupada por algum fazendeiro. Não nos parece descabido sustentar, além disso, que os primeiros habitantes de Matão tenham ido ali se estabelecer por se tratar de terras devolutas na ocasião do surgimento da comunidade. Esta é, em verdade, a tese que defendemos.

Ao nos concentrarmos na história oral dos moradores da comunidade e das redondezas acerca da formação e da composição do território de Matão, ressaltamos os temas da terra, do trabalho e da organização social como cruciais para entender a conformação socioeconômica dessa comunidade.

A territorialização dos “Negros do Matão”

Ao nos debruçar sobre a noção de quilombo na atualidade, destacamos, inicialmente, a ideia de uma *origem* que, infalivelmente, remete-nos a um lugar específico, a partir do qual os indivíduos de um grupo específico se identificam com a terra e para o qual projetam um destino comum. Portanto, a terra é tradicionalizada – porque é elaborada reflexivamente (e simbolicamente) como uma origem que deve

sustentar os anseios de comunhão (e continuidade) étnica da comunidade nela estabelecida. De fato, a dimensão territorial é fundamental na análise dos quilombos, e a noção de *territorialização* (Pacheco de Oliveira, 1999) emerge como um instrumento e adequado para lidarmos com uma reorganização social de um grupo étnico num território através da atribuição da identidade quilombola.

Segundo Gusmão (1999), a relação terra-parentes-raça é fundamental para a afirmação das comunidades quilombolas, as quais se pensam como vinculadas ao lugar, e suas histórias, muitas vezes, começam no estabelecimento *no lugar* e continuam através de laços de parentesco, em que a raça é uma característica (retórica que seja) sentida como distintiva.

Uma questão importante é que a vida de uma comunidade, nessas terras, começa na liberdade; *quilombo* é a oposição da escravidão (no passado colonial), da servidão (imposta por oligarquias locais) e do assalariamento em épocas de agronegócios capitalistas. Em determinado lugar (na sua terra), os indivíduos são livres (autônomos) e se identificam como pertencentes ao lugar (*ser negro do lugar tal*). Para Gusmão, hoje, ser escravo significaria não ter terra.

A vida da comunidade começa, então, na liberdade: o tempo de antes é varrido da memória. Os quilombolas se imaginam sujeitos do seu mundo, que começa aí. A origem da etnicidade está nesse tempo inicial de liberdade, que nem se contrapõe, necessariamente, a qualquer situação anterior de escravidão: a liberdade é o início.

Devemos lembrar, ainda, que os espaços (terras ocupadas) dos negros foram obtidos das mais variadas formas na escravidão e fora dela (muitos agrupamentos resultaram da ocupação de áreas devolutas após a Abolição) e, seja como tenha sido, é sempre um signo da liberdade, a antítese da escravidão. Essas terras devem, além disso, ser pensadas como territórios, e não, como terras-mercadorias (propriedade privada, sua antítese), pois não são individuais, não são comercializáveis e pertencem à (e representam a) coletividade organizada em termos étnicos.

Quanto à denominação *Matão*, refere-se, originalmente, a uma porção de terra bem mais ampla do que a ocupada atualmente pela comunidade quilombola. Era uma área de mata virgem e, por isso, recebeu esse nome ainda em um passado distante, que remonta, talvez, a um período anterior ao estabelecimento ali do fundador da comunidade, Manoel Rufino dos Santos. O território específico dessa comunidade, além disso, foi conhecido no passado como “Pirauzinho dos Negros”, provavelmente porque, como as famílias de negros que deram origem à atual comunidade de remanescente de quilombos mantiveram relações de trabalho na Fazenda Pirauá, seu lugar de morada foi apelidado de Pirauzinho dos Negros. Vale notar que, mesmo depois de terem assumido o nome de Matão para sua comunidade, continuaram sendo identificados pelo epíteto racial, pois são conhecidos como “os negros do Matão”.

Se as famílias moradoras da Comunidade de Matão guardam continuidade familiar através de uma linhagem que segue em seis gerações a partir de seu fundador, Manoel Rufino dos Santos, foi só recentemente que se mobilizaram para reivindicar o reconhecimento oficial como remanescentes de quilombo. Talvez porque uma memória sobre a escravidão de seus ancestrais não perdure mais em suas mentes, voltadas para a manutenção da família que se subdividia naquela localidade, formando novas unidades

familiares através de casamentos endogâmicos e distantes da interferência de atores sociais externos.

Como lembram seus moradores, na época em que o lugar se chamava Pirauazinho dos Negros, eles estavam rodeados por “uma mata virgem da época do descobrimento” e viviam em casas de palha, depois substituídas por casas de taipa cobertas com palha (depois telhas), e as de tijolos que, só na virada do Século XX para o XXI, começaram a ser construídas na comunidade. Afirmam, ainda, não haver nenhuma lembrança, história, evidência ou mesmo rumor sobre senzalas ou de terem tido relações sociais com “cativos”.

Para eles, naquela época, a comunidade era isolada, formada pelos parentes e predominava a vida da roça. As coisas eram carregadas em cavalos. O número de casas era bem diminuto, pois os velhos de hoje só se lembram de quatro ou cinco casas em sua infância e de oito ou nove quando já eram jovens adultos. Além dessas poucas casas e dos escassos roçados, “era tudo coberto de mato”.

Como foram habitar naquela localidade não sabem dizer. Manoel Rufino dos Santos e seus irmãos Edwiges e Antônio Grande foram os primeiros moradores da localidade. Edwiges, embora tenha morrido na comunidade, nunca se casou e não deixou descendência. Antônio Grande foi com a esposa, Antônia, viver fora da comunidade, e quem passou a descendência para todos os que ali seguiram foi o Manoel Rufino dos Santos, que consideramos o fundador da comunidade.

Mas, como a noção de comunidade se constrói para as pessoas de Matão? De fato, a noção de *união* das famílias que moram no local e que, ao longo das gerações, mantiveram-na dentro do círculo do parentesco, através do trabalho agrícola, é a que se destaca na conformação do significado de comunidade para eles. Como dizem na comunidade, “é tudo parente de parte de homem ou de mulher. Tudo veio da agricultura”, ressaltando o trabalho na terra que os sustentou e os manteve ali, reunidos, durante todas essas gerações. Hoje, mesmo os que não trabalham na agricultura também são considerados membros da comunidade, pois, devido à falta de oportunidades na vida rural, muitos migraram, definitiva ou temporariamente, e muitos aprenderam outras profissões, trabalham fora da comunidade, durante a semana, e retornam para suas casas nos fins de semana, onde têm mulheres e filhos que são criados em Matão. Para além, portanto, da questão de uma identidade com um modo de produção agrário local, considera-se, primariamente, a comunidade a partir dos familiares solidários (“união entre famílias”).

Quanto às formas de trabalho, além da produção autônoma de algodão e de lavouras de subsistência em suas próprias terras, o pessoal de Matão teve que trabalhar em terras de vizinhos e em longínquas usinas de cana de açúcar, conforme os diversos momentos históricos da comunidade. De fato, o território que sempre ocuparam em Matão nunca foi suficiente para eles extraírem dele sua sobrevivência. Se os cultivos na vizinhança sempre foram importantes para se manterem na localidade, com o avanço da pecuária, muitas dessas terras ficaram indisponíveis, e isso dificultou ainda mais sua precária condição de agricultores. Esse é o principal motivo tanto do fluxo migratório permanente para outras cidades, principalmente do Rio de Janeiro, quanto para o fato de

as pessoas saírem da comunidade para trabalhar durante a semana em outras localidades rurais ou em centros urbanos.

Por fim, se essas são características gerais de Matão, o que os torna uma comunidade de remanescentes de quilombo é a autoafirmação (autoatribuição racial) de serem negros e, a partir de uma perspectiva social que privilegia a coletividade, o bem comum. Para eles, além disso, “quilombo significa libertação” da dependência do trabalho fora de suas terras para poderem sobreviver. Se eles formam uma comunidade rural, devem extrair o sustento da própria terra sem se submeter às condições de trabalho sempre impostas sobre eles, em condições desfavoráveis a eles e sempre favoráveis aos imponentes patrões.

Essa conscientização da comunidade, em termos de sua unidade étnica rural, dada por uma origem em um ancestral negro liberto que se perpetuou ao longo de seis gerações, foi o que alavancou o processo do autorreconhecimento encaminhado à Fundação Cultural Palmares, que emitiu a certificação da comunidade quilombola em 2004. Inclusive, a criação da Associação da Comunidade Negra do Matão foi fundamental para consolidar a noção política de comunidade hoje referida por muitos dos habitantes de Matão. Através da Associação, uma mobilização foi acionada, e isso os ajudou a enfrentar coletivamente os preconceitos de que sempre foram vítimas e a reestabelecer formalmente seu território, ampliando-o com base em seu histórico de ocupação tradicional baseado no uso dos recursos naturais e do trabalho já realizado ao longo das gerações em diversos setores, que, depois, foram empossados por fazendeiros vizinhos.

Considerações finais

A comunidade rural do Sítio Matão se reconhece como uma “comunidade remanescente de quilombo”, da forma como tal definição é assegurada pela Constituição Brasileira de 1988. Chamadas nas cidades vizinhas de “os negros do Matão”, as pessoas de Matão formam uma população rural de parentes organizados num território e politicamente organizados como um grupo social que se autoatribui como uma distintividade racial, em luta por seus direitos territoriais e em busca de projetos assistenciais que, juntamente com a expansão territorial, ajude-os a reorganizar sua comunidade, visando a uma sustentabilidade que garanta sua reprodução social dentro da tradição agrária (camponesa, independente) que reconhecem como que lhes é própria.

Consideramos, assim, que tal população negra rural se organiza como um grupo étnico singular, com fronteiras sociais bem demarcadas e com uma história própria para contar de seis gerações, quando o fundador da comunidade ali se estabeleceu dando início à ocupação produtiva daquela área. Os habitantes de Matão se identificam através de laços de parentesco e se baseiam em sua experiência racial para se confrontar diacriticamente em relação às populações rurais e urbanas circundantes.

Em sua trajetória histórica, a comunidade teve suas terras diminuídas e sua população aumentada. Seus membros, que guardam uma tradição de trabalho agrícola familiar, sempre dependeram do trabalho sob o regime de aforamento, em terras de fazendeiros vizinhos, as quais, entretanto, foram sendo paulatinamente desabilitadas ao

seu trabalho agrícola em função do avanço da pecuária na região. Portanto, não apenas seu território de ocupação atual é extremamente escasso, como também as áreas de trabalho na vizinhança deixam de lhes ser disponibilizadas, tornando impraticável a reprodução social, cultural e econômica daquele grupo étnico nos limites de sua área de ocupação rural tradicional. Isso faz com que a comunidade, através de migrações permanentes, temporárias ou da busca por trabalhos no meio urbano durante os dias de semana, afaste-se do mundo rural.

Contudo, baseados na trajetória histórica e territorial da comunidade e em seus projetos de vida, ressaltamos a importância social de se respeitar a vocação social desse grupo rural e de se impedir que se esfale a comunidade de remanescentes de quilombo de Matão por conta de impedimentos de continuidade sociocultural e econômica em seu território de usufruto e trabalho tradicional. Foi assim que o Relatório Antropológico (GRÜNEWALD, 2009) apresentado ao INCRA se baseou na trajetória social da comunidade e em seus projetos de sustentabilidade e recomendou o aumento do seu território, a ser titulado com 214.0022 há, para tentar garantir que essa população negra rural continue em suas terras de origem.

Referências Bibliográficas

GALIZZA, Diana Soares. *O declínio da escravidão na Paraíba 1850 – 1888*. João Pessoa: Editora Universitária UFPB, 1979.

GRÜNEWALD, Rodrigo de A. *Os Negros do Matão: etnicidade e territorialização*. Relatório Antropológico apresentado ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA – SR 18 / PB) e à Fundação Parque Tecnológico da Paraíba (PaqTcPB), como parte do RTID da comunidade de remanescentes de quilombos de Matão. Campina Grande, 2009.

GRÜNEWALD, Rodrigo de A. *Os Negros do Matão: etnicidade e territorialização*. Campina Grande: EDUFCEG, 2011.

GUSMÃO, N. M. M. de. “Herança quilombola: negros, terras e Direito”. In: Bacelar, J. & Caroso, C. (Orgs.). *Brasil: um país de negros?* Rio de Janeiro: Pallas, 1999.

PACHECO de OLIVEIRA, João. “Uma etnologia dos ‘índios misturados’: situação colonial, territorialização e fluxos culturais”. In: *A viagem da volta. Etnicidade, política e reelaboração cultural no Nordeste indígena*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 1999.